

Cerca de um quinto dos 253 organismos da administração pública central reconhece ter detectado problemas de segurança informática nos respectivos sistemas. A consequência mais frequente foi a perda ou corrupção de dados, mas também houve casos de divulgação de informação confidencial.

A conclusão consta dos recém-publicados resultados de um inquérito que abarca toda a administração pública, feito pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Os dados relativos às falhas de segurança, tal como muitos dos outros indicadores analisados, dizem respeito a 2015.

Dos 19% de organismos (48 entidades) que afirmaram terem tido falhas de segurança, 41% disseram ter sofrido destruição ou corrupção de dados, 20% tiveram serviços de informática que ficaram indisponíveis e 12% viram divulgada informação confidencial. Os resultados do inquérito não dão detalhes sobre estes episódios.

A segurança, contudo, parece ser uma preocupação para os organismos públicos. Em 2015, também segundo o inquérito, cerca de um terço dos profissionais de informática empregados pela administração pública central dedicava-se a questões de protecção de dados e de segurança. Para além disso, as preocupações de segurança foram a segunda razão mais referida para não serem usados serviços de computação em nuvem, nos quais os dados e aplicações ficam acessíveis através da Internet (a razão mais frequente foram dúvidas quanto à legislação aplicável).

A incidência de problemas de segurança na administração central não é muito diferente do que acontece ao nível autárquico. Entre as 308 câmaras, 17% registaram problemas de segurança informática. As consequências, porém, distribuem-se de forma diferente: 80% afirmaram que estes problemas causaram destruição ou corrupção de dados, ao passo que 25% deixaram de ter serviços disponíveis e apenas 6% indicaram que foi divulgada informação confidencial.

Já as duas regiões autónomas parecem ser realidades muito distintas entre si. Enquanto na Madeira foram 20% os organismos regionais que reconheceram problemas (um valor semelhante ao da administração central e das autarquias), nos Açores apenas 4% disseram ter tido casos de falhas de segurança.

Os números do inquérito mostram também as dificuldades das entidades públicas, especialmente na administração central, em recrutar profissionais na área da informática. É um sector onde é grande a procura de talento por parte de empresas, desde pequenas startups até multinacionais, que encontram em Portugal mão-de-obra qualificada e a custos mais reduzidos do que em muitos outros países.

Na administração central, 28% dos organismos procuraram contratar profissionais nesta área, mas 88% admitiram dificuldades. Já por parte das câmaras, a procura é menor e a contratação, mais fácil. Apenas 10% tentaram recrutar especialistas em tecnologias de informação e, destas, 30% tiveram problemas a preencher as vagas.

Pedro Granadeiro | Público | 28-04-2017